

Economia - Brasil

“A equipe econômica planejou a recessão”

■ Pastore diz que a queda na atividade econômica não se limitará ao ABC paulista e a queda dos juros depende de fatores externos

Carlos Goldgrud

VERA BRANDIMARTE

A recessão econômica, que já mostra suas garras entre os metalúrgicos do ABC paulista, não vai se limitar a essa região, afirma o economista Affonso Celso Pastore. “O governo planejou a recessão da economia, como um remédio para produzir a salvação do Plano Real.” Mas sair desse período recessivo depende de variáveis que não estão nas mãos do governo, diz ele.

Os sinais da recessão surgiram primeiro no ABC porque as montadoras vinham aumentando a produção desde o início do Plano Real e calcaram mais fundo o pé no acelerador para fazer estoques de fim de ano – quando normalmente concedem férias coletivas. A alta dos juros surpreendeu o setor com esse elevado estoque, o que potencializa a crise. Segundo Pastore, as montadoras estimam que, se as vendas caírem 30%, o setor desempregará perto de 30 mil funcionários.

“Os metalúrgicos do ABC estão no Brasil, eles compram bens, são consumidores que vão deixar o mercado, afetando as vendas de outros setores”, diz. Ele reconhece que o ritmo de queda nas vendas não é o mesmo nos vários segmentos da indústria. Alimentos, por exemplo, continuam vendendo bem. Em outras áreas, como eletroeletrônicos, a desaceleração começou antes, e por isso mesmo os estoques não eram tão altos quando estourou a crise asiática e o governo brasileiro se viu forçado a elevar os juros. Ainda assim, observa, como as vendas nesse segmento dependem do crédito que ficou caro, a demanda tende a cair mais.

Pastore considera prematura qualquer avaliação sobre a intensidade da recessão: “É preciso esperar os números de produção do primeiro trimestre de 1998. A economia não está indo para o caos, mas também não dá para dizer que hoje há um problema localizado em São Paulo. A taxa de juros aumentou no país todo.”

A intensidade e a duração da redução da atividade econômica – alguns bancos prevêem queda de 5% a 6% do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre – vão depender, obviamente, do ritmo de redução dos juros.

Segundo o ex-presidente do BC Gustavo Loyola, o retorno a uma taxa de juros mais baixa poderia seguir duas trajetórias. Ou uma queda brusca para um patamar bem mais baixo que o atual, seguida de gradual redução, ou esse gradualismo seria a regra desde o primeiro momento. A primeira trajetória seria a mais benéfica para as contas públicas e politicamente mais palatável. Mas ela também embute mais riscos de deixar o país vulnerável a novas turbulências.

Essas turbulências, avalia Pastore, vão continuar existindo. O acordo da Coreia com o Fundo Monetário Internacional (FMI) tira do horizonte uma fonte importante

do que ele chama de ondas de choque, ao criar as condições para que aquele país encaminhe soluções para sua crise bancária e de balanço de pagamentos. No Japão, diz ele, a crise é diferente. O país tem uma política de câmbio flexível, não terá crise cambial. Mas pode ainda ter uma crise bancária. Nesse caso, o iene se desvalorizaria ainda mais, forçando novas desvalorizações das moedas dos países vizinhos.

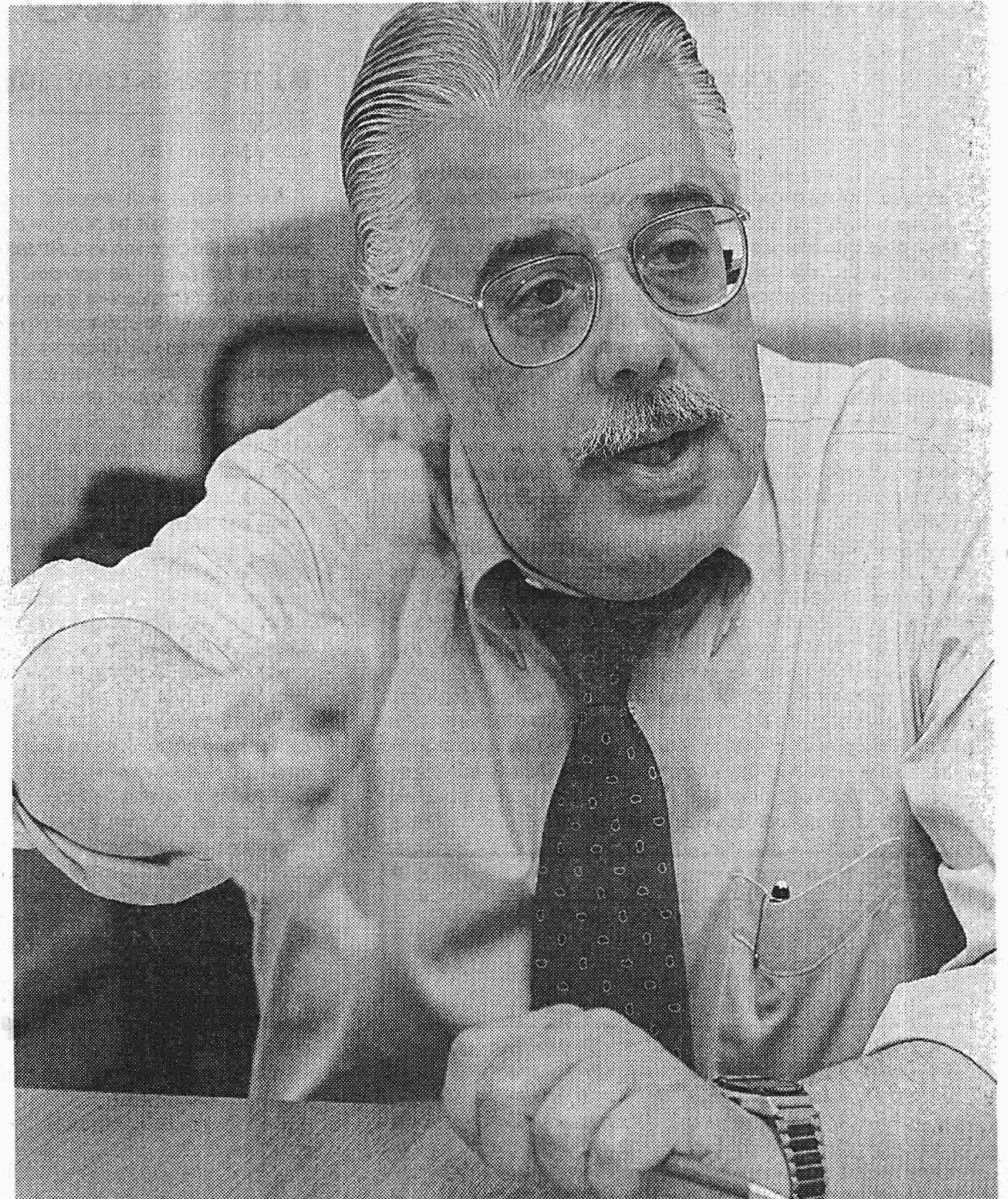
Os investidores continuam com dúvidas sobretudo em relação a Hong Kong, que atravessa a crise mantendo a paridade de sua moeda com o dólar americano. “Entre 1990 e 1997, a moeda de Hong Kong valorizou-se 30% em relação ao dólar americano, enquanto os países vizinhos, que são seus competidores nas exportações, seguem desvalorizando.”

As ondas de choque, provavelmente, não serão mais da mesma intensidade que o recente terremoto, diz Pastore, mas elas continuarão importantes o suficiente para serem levadas em consideração pelas autoridades econômicas dos países emergentes.

Essas ondas vão, em última instância, influenciar a avaliação dos investidores estrangeiros sobre o risco Brasil. A retração desses investidores depois da crise asiática obrigou o governo a reduzir o déficit em transações correntes (saldo dos dólares que entram e saem do país nas transações do comércio e nos serviços) do balanço de pagamentos. “O governo subiu juros para derrubar a economia e atrair o investidor externo para, assim, reduzir o déficit em transações correntes. A recessão foi a forma de encolher esse déficit sem mexer no câmbio. Portanto, a recessão é algo planejado”, diz.

Sair dela, porém, não é algo que se possa programar. Alguns indicadores sugerem que já estariam sendo criadas as condições para a queda mais significativa dos juros. Entre eles, Pastore cita o acordo do FMI com a Coreia, o andamento da aprovação do pacote fiscal e a recuperação dos títulos da dívida externa brasileira. Ele considera que, no calor da crise, a área externa do BC atuou errado ao vender dólares, perdendo US\$ 8 bilhões em um único dia, em vez de agir no exterior comprando títulos da dívida para impedir a queda desses papéis. Teria evitado a sangria nas reservas.

Até agora, apesar dos sinais positivos, na avaliação do economista eles ainda seriam insuficientes para uma queda das taxas de juros internas. O Brasil, lembra ele, mantém o câmbio sobrevalorizado. Um indicador forte no próximo ano para reverter expectativas negativas de risco Brasil e os temores de uma desvalorização seria, por exemplo, um aumento das exportações com sensível redução do déficit comercial.



Pastore: “Os metalúrgicos do ABC são consumidores que vão deixar o mercado, afetando outros setores”